

**1º SEMINÁRIO Online “OS IMPACTOS DA COVID-19 E A
RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DO TURISMO”**

Tema: Inovações e soluções para o turismo em tempos de pandemia

[http://www2.eca.usp.br/seminariosdeturismo/wp-
content/uploads/2020/11/Programação_Geral-Detalhada_Final.pdf](http://www2.eca.usp.br/seminariosdeturismo/wp-content/uploads/2020/11/Programação_Geral-Detalhada_Final.pdf)

**TURISMO RURAL CONSCIENTE: SOLUÇÕES E NOVAS FORMAS DE
RELACIONAMENTO**

Andreia Roque - andreia@institutobrasilrural.org.br
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz – otmmquei@usp.br
Alessandra Freire dos Reis - freire.le@gmail.com

RESUMO

Observamos, desde o fim da década de 1960, estudos sobre sustentabilidade, sendo o turismo rural incluído neste universo. As pesquisas sobre turismo rural encarado em um contexto de atividades pluriativas no campo, propõem reflexões voltadas à prestação de serviço turístico como alternativa econômica para produtores. Com o intuito de estimular redes de colaboração diante das condições impostas pela pandemia, que chegou em 2020, foi criada a Rede de Turismo Rural Consciente. Reúne empreendedores, prestadores de serviço, agricultores e técnicos, recomendando a adoção de políticas de responsabilidade social, segurança coletiva, saúde e sustentabilidade em prol do turismo rural brasileiro moderno, responsável e profissional, sem perder a ruralidade. Os empreendedores reunidos propuseram ser signatários de todos os protocolos recomendados, demonstrando o reconhecimento da complexidade da crise que atingiu o setor. Bem como, adotar boas práticas e atitudes sustentáveis, reconhecendo que o turista da ruralidade valoriza a gestão responsável e propor alcançar metas propostas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. A Rede é composta por representantes de Regiões do Brasil, que têm desenvolvido propostas de organização da atividade de turismo rural, elaborando um mapeamento georreferenciado das iniciativas turísticas dos membros do coletivo usando a ferramenta *on line* gratuita *Google Data Studio*. Este estudo, que adotou como seu universo de pesquisa os resultados preliminares da criação da Rede de Turismo Rural Consciente, objetivou reconhecer os princípios propostos na formação do coletivo como estratégia de recuperação dos negócios de turismo aos impactos da Covid, de acordo com as dimensões da sustentabilidade.

Palavras-chave: turismo; inovação; solução; território; pandemia.

ABSTRACT

We have observed, since the end of the 1960s, studies on sustainability, rural tourism being included in this universe. Research on rural tourism seen in the context of pluriactive activities in the countryside proposes reflections on the provision of tourist services as an economic alternative for producers. In order to encourage collaboration networks in the face of conditions imposed by the pandemic, which arrived in 2020, the Conscious Rural Tourism Network was created. It brings together entrepreneurs, service providers, farmers, and technicians, recommending the adoption of policies of social responsibility, collective security, health, and sustainability in favor of modern, responsible, and professional Brazilian rural tourism, without losing rurality. The gathered entrepreneurs proposed to sign all the recommended protocols, demonstrating the recognition of the complexity of the crisis that hit the sector. As well as, adopting good practices and sustainable attitudes, recognizing that the rural tourist values responsible management and proposing to achieve the proposed goals of the Sustainable Development Goals of the UN Agenda 2030. The Network is made up of representatives from Regions of Brazil, who have developed proposals for organizing rural tourism activities, elaborating a georeferenced map of the collective members' tourism initiatives using the free online tool *Google Data Studio*. This study, which adopted the preliminary results of the creation of the Conscious Rural Tourism Network as its universe of research, aimed at recognizing the principles proposed in the formation of the collective as a strategy for recovering tourism businesses from the impacts of Covid, according to the dimensions of sustainability.

Keywords: tourism; innovation; solution; territory; pandemic

INTRODUÇÃO

Notadamente a partir do final da década de 1960, muitos estudos sobre sustentabilidade no setor turístico têm sido desenvolvidos, distinguindo-se aqueles relacionados ao espaço rural. Tais pesquisas sobre turismo no campo estão direcionadas, em grande medida, à análises das possibilidades de incremento de prestação de serviços de visitação e recepção em território rural, serviços estes enquadrados num contexto de atividades pluriativas em propriedades interessadas nesta opção socioeconômica com atrativos potenciais e/ ou estruturados. O turismo assim vem, gradativamente, tornando-se um agente poderoso de modificação do território rural, causador de inúmeros rearranjos sociais, espaciais e econômicos, dignos de nota e reflexão. A atividade turística no campo é mais um movimento em direção à multifuncionalidade das propriedades.

São muitas as causas, fatores e circunstâncias que poderiam ser aduzidos para entender a recente redescoberta dos espaços rurais por parte dos agentes econômicos, da administração pública e da sociedade em geral. [...] a importância crescente assumida pelos valores pós-materialistas e a transição para a etapa do pós-productivismo representam processos mutuamente associados. [...] a ruralidade há que ser vista como um valor para as sociedades contemporâneas (CALDAS & ANJOS, 2012.p. 1)

Pode-se dizer que o rural hoje é visto e observado para além da agricultura e da pecuária, já que guarda abundância de paisagens alteradas pela sociedade, expondo um composto complexo de representações históricas, culturais e ambiente pouco povoado.

As perspectivas do desenvolvimento do turismo rural são, de maneira geral, promissoras, embora certos conflitos possam ocorrer em função do convívio entre proprietários e agricultores com os agentes do setor que vem aparecendo no campo para prospectar novas oportunidades, mas com outros olhares sobre os recursos ali existentes. Ademais há uma discussão importante digna de nota que diz respeito à dinâmica das famílias rurais que, atualmente, desenvolvem atividades não agrícolas obtendo, muitas vezes, renda maior do que aquelas que só se dedicam exclusivamente ao agrícola (SAKAMOTO, NASCIMENTO & MAIA, 2016).

Assim, observa-se que o turismo como atividade não agrícola vem tendo, cada vez mais, importância para renda familiar rural. Dentro deste contexto Schneider (2009), cita que existe diferentes tipos de pluriatividade nas propriedades rurais e o turismo é encarado como uma atividade não agrícola viável.

Em 2020, recentemente, foi criada a Rede de Turismo Rural Consciente com a finalidade de incentivar redes de colaboração e agendas propositivas a partir das condições decorrentes da pandemia. A Rede agrupa empreendedores, agricultores e técnicos, trabalhando por políticas de responsabilidade social, segurança, saúde e sustentabilidade em prol do turismo rural brasileiro inclusivo. Os signatários preconizam práticas sustentáveis, reconhecendo que o visitante do espaço rural atual quer, entre outras coisas, resgatar um passado quase perdido mas não esquecido que trás à tona lembranças e valores culturais de um tempo bem diferente deste de hoje.

A proposta é instituir uma gestão promissora voltada para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Ao todo 117 representantes de todas as Regiões brasileiras formam a Rede de Turismo Rural Consciente que será o destaque deste estudo preliminar, objetivando definir a sua localização no território, a sua atuação considerando a contínua recuperação dos negócios de turismo neste período de pandemia conforme as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política da sustentabilidade.

Metodologia

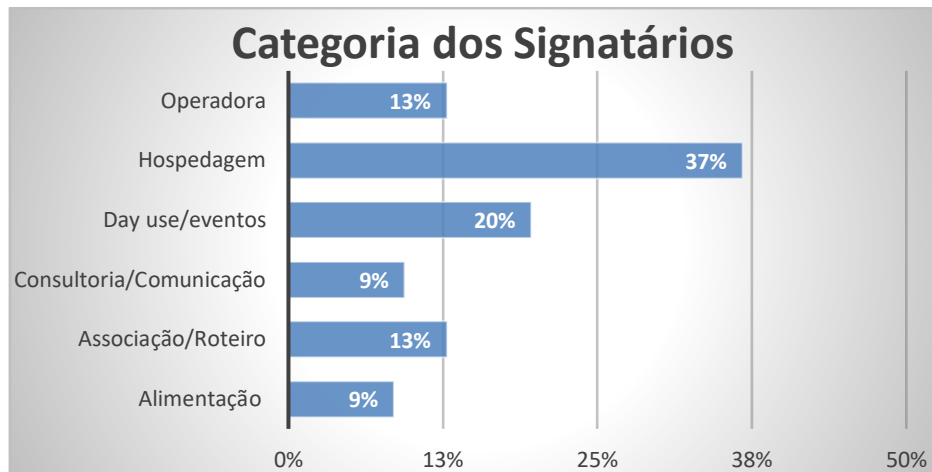
A pesquisa científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica (Prodanov & Freitas, 2013). No campo do turismo implica pensar de forma interdisciplinar, compreender em profundidade as causas e os efeitos das mudanças que se processam no desenvolvimento da atividade em todas as suas dimensões (Denker, 2012, p.287).

A análise da Rede de Turismo Rural Consciente (RTRC) tem aspecto exploratório, que de acordo com Prodanov & Freitas (2013), é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tendo como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto a ser investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento. Realizou um estudo de caso, que tem como propósitos explorar situações da vida real cujos limites não estejam claramente definidos e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação (Prodanov & Freitas, 2013, p.62). O arcabouço teórico baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre o histórico de formação de redes e associações, assim como do Turismo Rural.

A formação do RTRC se deu em resposta a um problema comum, a pandemia do COVID 19, e a necessidade de enfrentamento num ambiente de incertezas em uma das

áreas mais afetada, o turismo. A articulação do grupo tem ocorrido por meio de enquetes realizadas via formulário *Google* com levantamento de demandas, motivações e sugestões, além de reuniões virtuais. Atualmente, possui 117 signatários, em diferentes Estados, entre proprietários de meios de hospedagem e espaços de lazer, alimentação, operadoras, associações, roteiros e colaboradores de meios de comunicação conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Relação das categorias de signatário da Rede de Turismo Rural Consciente



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Dentre os principais objetivos da Rede estão a criação de protocolos para retomada das atividades com segurança, a troca de informações, o fortalecimento do segmento e a preocupação com aspectos ambientais.

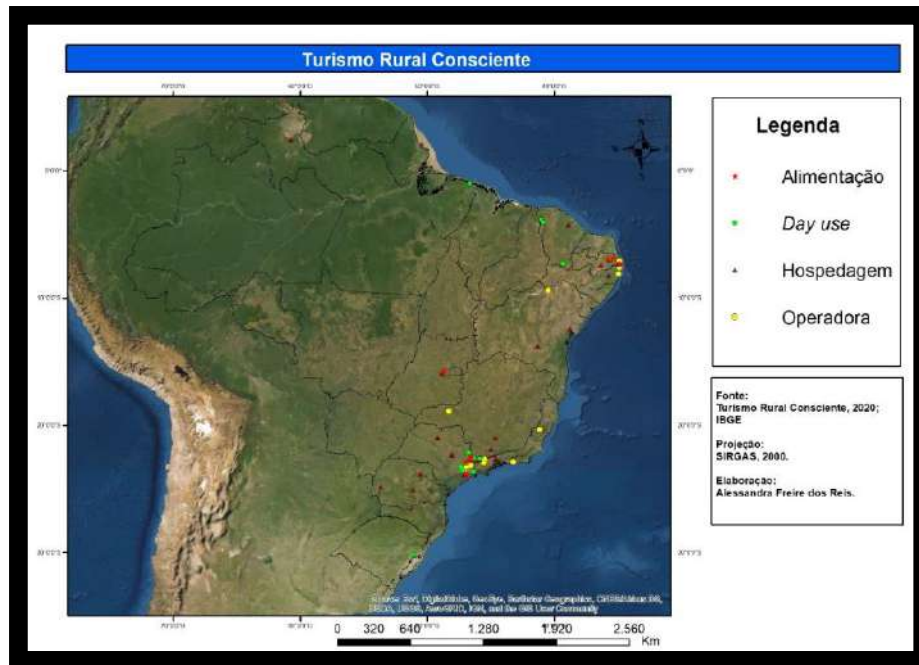
Para realização desta pesquisa utilizou-se os seguintes produtos gerados pela Rede:

- Pacto empreendedores turismo rural consciente: juntos pelo turismo;
- Guia do cliente e
- Mapa de localização criado na plataforma *Google Map* disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-12.6620953,-47.7850569,3z/data=!3m1!4b1!4m2!6m1!1s1uoe08L3kcrC8fEviqcTIVyRpig2EM99F?hl=pt-BR&authuser=0>

Para ilustração neste artigo exportou-se as informações do *Google Maps* em formato KML para o *software* ArcGIS 10.5 e transformou-as em *shapefile* para elaboração de mapas de localização dos signatários.

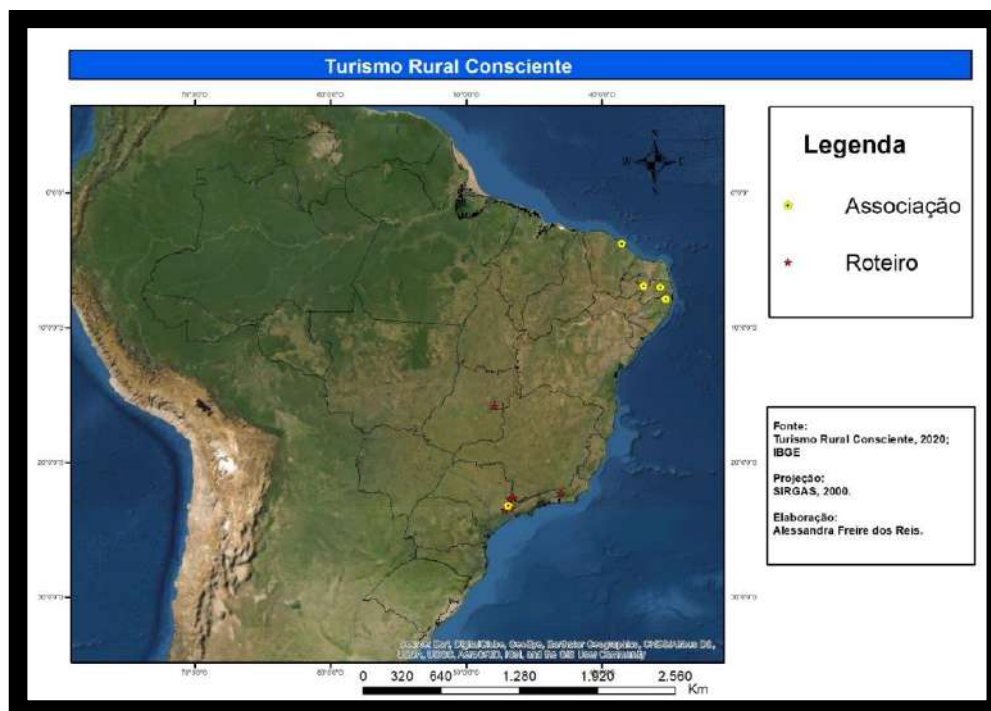
A Figura 2 apresenta os signatários das categorias: alimentação, *day use*, hospedagem e operadora e a Figura 3 as Associações e Roteiros.

Figura 2 – Mapa de localização dos signatários: alimentação, *day use*, hospedagem e operadora.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Figura 3 – Mapa de localização dos signatários: Associação e roteiro



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Mudanças na área rural nas últimas décadas

É relevante fazer um comentário sobre as mudanças recentes na área rural brasileira para que possamos compreender melhor como o turismo vem sendo incorporado no campo como alternativa econômica interessante para a população que ali vive.

A modernização agrícola no Brasil começa a partir das décadas de 1950 e 1960 quando muitas transformações passam a ser edificadas no espaço rural. Nos últimos 50 anos, de acordo com a Embrapa (2018, p.11)

a ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I), em conjunto com a disponibilidade de recursos naturais, as importantes políticas públicas, a competência dos agricultores e a organização das cadeias produtivas, tornaram o Brasil um grande protagonista na produção e exportação de produtos agrícolas. Esse desempenho do meio rural contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País.

Campanhola e Silva (2004) descrevem um novo rural brasileiro muito significativo, a partir de meados da década de 1980, com características bem diferentes, principalmente, indicando modificações na agricultura familiar.

[...] um novo rural, composto tanto pelo agribusiness quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas [...] (SILVA, 2001.p.1)

Destacamos no contexto definido como “Novo Rural” as atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e ao turismo, que, gradativamente, estão sendo muito valorizadas nas últimas décadas. As políticas públicas, mesmo que de maneira tímida, voltam-se para o rural e para o turismo no espaço rural, com a criação de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1996, voltado ao atendimento dos mini e pequenos produtores rurais, visando uma maior capacidade produtiva, com geração de renda e emprego, e, principalmente, contribuindo para minimização das desigualdades (Brasil, 1996).

Segundo Sachs (2001, p.1) o PRONAF pode ser “um instrumento poderoso de redistribuição de renda em favor das populações rurais desfavorecidas”, e o turismo pode ser uma atividade interessante para mudar a situação de tais atores sociais.

Sobre o Programa e o protagonismo do pequeno produtor “É conveniente dizer que sua ascensão como ator social surge como resultado direto da pressão política exercida pelos movimentos sociais que incrementam sua atividade desde o começo dos anos 1990.”(Caldas & Anjos, 2012.p.12).

Nos primeiros tempos do Programa, houve uma concentração forte de recursos destinados à região Sul do país, mas, gradativamente o panorama foi mudando, o Sudeste e o Centro Oeste também passaram a receber auxílios, depois ainda as regiões Norte e Nordeste. O programa, embora tenha sido propagado como fomentador de um desenvolvimento rural holístico e integrado, mostrou-se mais voltado para uma visão produtivista. Por outro lado, o Programa contribui para manutenção da população no campo, aumento de emprego e renda, e ainda, redução de mortalidade infantil (Mattei, 2005).

Com o desenrolar do processo é lançado também o Subprograma denominado Pronaf Agroindústria que oferece financiamento a produtores rurais familiares, incluindo cooperativas agrícolas ligadas ao extrativismo, ao artesanato, produtos florestais; e ao apoio à exploração de turismo rural (BNDES).

Em 2003 é criada outra linha de crédito, o PRONAF Mulher com o objetivo de oferecer crédito para mulheres agricultoras direcionado para certos implementos como implantação e ampliação de estruturas das atividades produtivas; aquisição de máquinas; expandir a criação de animais; fabricação de alimentos processados e financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias (Brasil, 2020). O turismo, mais uma vez, aparece como uma atividade não agropecuárias a ser implementada.

Sobre o turismo no espaço rural

A Organização Mundial de Turismo (2003,p.20) apresenta o fenômeno turístico como “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócio ou por outros motivos”, definição usada por vários estudiosos desde a década de 1970.

A atividade turística é extremamente segmentada e

Em relação ao espaço rural o turismo pode ser considerado uma atividade que envolve os aspectos: social, política, cultural e, sobretudo, econômica que aparece no cenário mundial como uma forte força propulsora de desenvolvimento sustentado (Walkowski, et al, 2015, p.2).

Importante dizer que uma das principais finalidades do desenvolvimento do turismo no espaço rural relaciona-se a sua potencialidade de geração de renda e emprego para os pequenos proprietários, minimizando o êxodo rural. Supostamente, no início, seria uma atividade de pequeno porte com gestão endógena, incentivando a cultura local. O Turismo rural direciona-se para qualquer atividade turística que ocorre no campo, muitas vezes causando transformações sociais e espaciais (Tulik &Teles, 2015).

Buscando uma valorização da ruralidade, da agricultura familiar, da cultura das comunidades do campo, da conservação da natureza e da inclusão social. o Ministério do Turismo (BRASIL, 2004), tem inserido em suas pautas o turismo rural, interiorizando a atividade, destacando-se que o segmento vem se desenvolvendo como alternativa econômica para o produtor rural, oferecendo ao visitante serviços especializados de alimentação com ou sem hospedagem.

Turismo rural – conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2004).

Benefícios do turismo rural são enumerados: diversificação da economia local com incentivo aos pequenos negócios; incremento da vida da população do campo que percebe ser ainda possível a sua fixação no local; surgimento de novos empregos diferentes daqueles exclusivamente agrícolas, restabelecimento de imagem positiva do interior com suas maneiras de fazer e saber e integração urbano-rural (BRASIL, 2004).

Como documento norteador do segmento temos a Carta de Santa Maria que fundamenta a teoria da área do turismo rural no Brasil, elaborada em 1998, durante o Citurdes (Congresso Internacional sobre o turismo rural), que reconheceu a importância socioeconômica cultural do turismo no espaço rural. A referida Carta destaca o esforço dos setores públicos e privados, das instituições de ensino e das organizações não governamentais em incentivar os desenvolvimentos local, regional e nacional, por meio das atividades turísticas rurais (Carta de Santa Maria, 1998).

Rede: estratégia de enfrentamento para o turismo em tempos de pandemia

A sociedade globalizada atual trouxe uma série de exigências que aceleram processos de desenvolvimento científico e tecnológico, sendo a formação de redes colaborativas uma das principais consequências em evolução constante. As redes objetivam trocas e intercâmbios de ideias, pessoas e ações colaborativas que vêm se mostrando promissoras (Marinho et al, 2014).

Dessa forma, a aproximação por meio das Redes propicia também o contato entre diferentes povos, etnias com suas culturas peculiares que podem fortificar as mais diversas áreas, entre elas, a do turismo.

As estratégias coletivas de cooperação entre organizações e pessoas constituem uma das principais formas de participação efetiva dos atores sociais na geração de inovações e, conseqüentemente, na competitividade e crescimento econômico de empresas, regiões e países (Quandt, 2012, p. 141).

A gestão da atividade turística é complexa e o compartilhamento de conhecimento sobre as suas principais características, fatores de imprevisibilidade e sazonalidade usuais do setor, inovações e competências profissionais, bem como, estratégias de enfrentamento de crises como a que estamos vivenciando com a pandemia do Covid 19, enfatiza o papel das Redes colaborativa.

O estabelecimento de Redes como estratégia de enfrentamento da crise causada pela pandemia do Covid 19 em 2020 indica que os agentes sociais e econômicos estimulam a inovação para solucionar o grande problema.

O isolamento e as estruturas hierárquicas verticalizadas tendem a dar lugar a arranjos organizacionais que privilegiam a comunicação horizontal, a combinação multifuncional de competências, a aprendizagem e a absorção de conhecimento por meio da construção de redes. Numa rede, a informação não obedece a hierarquias, mas é transmitida de maneira horizontal, recíproca e interativa. Conseqüentemente, a eficácia do sistema depende da capacidade de integrar tipos diferentes de informação codificada e conhecimento tácito, e difundi-los por meio de interações entre os diferentes agentes e tipos de atividades. (Quandt, 2012, p. 142).

No mundo globalizado o intercâmbio de informações, de inovações e de conhecimento reforça o processo de desenvolvimento do território e para além deste, de seus atores sociais, dos vínculos entre estes e o poder público e empreendedores privados, sendo as redes sociais colaborativas fundamentais. Enfim, as Redes são organizações que vem dando sustentação para a expansão das atividades econômicas, entre elas o turismo.

A abordagem de formação de Redes contemporâneas amplia os horizontes relacionando, de forma multidisciplinar, parceiros e organizações díspares, mas que podem atuar de maneira complementar, solidária e interdependente. Este é um grande desafio, já que o mais comum tem sido o isolamento de cada setor, competição exacerbada, com pouca sinergia.

É plausível afirmar que o mundo atual já absorveu, há algum tempo, a necessidade de uma mudança de paradigma direcionada para formação de redes de territórios

solidários e que estes já alcançaram o turismo. Como exemplo podemos citar experiências ocorridas no Ceará, região nordeste, onde

[...] algumas comunidades articulam-se pela Rede Cearense de Turismo Comunitário– REDETUCUM, para fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário do estado, além das Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário–TURISOL e Rede de Turismo Comunitário da América Latina–REDTURS (Coriolano & Barbosa,2011.p.1)

O desempenho das atividades econômicas, entre elas o turismo, promovem inúmeros arranjos e rearranjos espaciais. Destaca-se assim que no território esses impactos acontecem de maneira não uniforme mas, cada vez mais, os atores sociais envolvidos estão trabalhando para que haja um direcionamento combinado e em redes, incentivando-se a produção do espaço associada às identidades locais, muitas vezes, configurando-se como “resistência e luta dos que se sentem excluídos dos resultados da produção da riqueza e desejam incluir-se na cadeia produtiva do turismo (Coriolano & Barbosa, 2011.p.2).

As autoras Coriolano e Barbosa (2011) enfatizam que os territórios solidários estão surgindo com certa força, destacando o turismo de base local como grande colaborador da intensificação da identidade das comunidades, resistindo ao grande capital. Dessa forma, a dinâmica dos territórios, construção e ajustes são oriundos das ações da sociedade que neles vive e participa desse processo desencadeando suas territorialidades diversas. Com o estabelecimento de Redes, os diferentes territórios e os conjuntos de pessoas que nele vivem e atuam passam a ter a possibilidade de estabelecer relações que, neste caso em pauta, dizem respeito ao turismo, ocorrendo uma série de novas combinações e associações de negócios e parcerias sociais e econômicas vai abrindo os horizontes para o estabelecimento de outras composições. Tais interações são complexas, com contradições, conflitos, mas também complementaridades pouco usuais até o passado recente.

A criação de Redes pode sim significar uma excelente estratégia de enfrentamento para o turismo em tempos de pandemia como a que estamos vivendo, momento inusitado para atual geração que nunca havia passado por algo semelhante antes.

Há vários aspectos a serem examinados e aqui serão apresentados de maneira simplificada. Podemos dizer que uma Rede surge de uma necessidade de integração e auxílio mútuo, configurada, inicialmente, como um ajuntamento de pessoas e

organizações com determinada finalidade que, depois dos ajustes preliminares necessários, desencadeará uma determinada interação com objetivos comuns e bem definidos.

O termo Rede está enraizado na sociedade contemporânea, especialmente após a expansão do uso da internet e redes sociais. É algo que nos remete a “conexões” que podem ser de pessoas, lugares, ideias, culturas, pensamentos, entre outras infinitas possibilidades.

O conceito de Rede e essa forma de articulação emergiram na década de 1960. Sua expansão se deu a partir da década de 1990, em que importantes acontecimentos marcaram a história de mobilização e de criação de movimentos sociais e ambientalistas. “Tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos novos movimentos sociais” (WWF, 2003, p. 11).

A partir do século XX, tem-se, portanto, o reconhecimento da importância das redes no contexto dos debates decorrentes da revolução da tecnologia, da informação e do conhecimento na sociedade contemporânea (Moraes, Irving & Mendonça, 2018).

Como demonstrado em estudo realizado pelo WWF (2003, p.12), em 1996, “a liberação do uso comercial e doméstico da Internet deu novo alento ao trabalho das redes e proporcionou ambiente favorável à constituição de listas de discussão e comunidades virtuais, que se tornaram embriões de várias articulações de rede que se seguiram”.

Verifica-se atualmente vasta diversidade de organizações em rede nos mais variados níveis e abrangência. No campo do turismo isto também é uma realidade com exemplos nos seus diversos segmentos. Trabalho desenvolvido por Moraes, Irving e Mendonça (2018), apresenta experiências em curso na América Latina com foco em Turismo de Base Comunitária. Segundo as autoras, “com o avanço desse fenômeno no cenário mundial, a existência de redes vem definindo diversas formas de organização social e de conexões entre indivíduos, ainda que eles estejam dispersos espacialmente ” (Moraes, Irving & Mendonça, 2018, p.254).

No Turismo Rural, segmento que preconiza a valorização cultural e ambiental, assim como a diversificação do uso do espaço rural, observa-se diversas iniciativas com surgimento de associações e coletivos, por exemplo. De acordo com Solha e Jacon (2011), “abrem espaço para a cooperação, favorecendo o compartilhamento da

informação para subsidiar a implementação de novas propostas e projetos parametrizados com as políticas de desenvolvimento do segmento” (p.121).

A interdisciplinaridade é inerente ao conceito de rede, sendo foco e objeto de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento. Deste modo, observa-se desafios epistemológicos e metodológicos de pesquisa. “As abordagens – e efetivamente o conceito de rede empregado – variam conforme o instrumental analítico e as bases teóricas de cada área” (WWF, 2003, p.11).

A criação de protocolos para o enfrentamento da COVID 19 foi o propulsor do surgimento da RTRC, entretanto outros temas motivam o grupo que visam o fortalecimento do segmento e troca de experiências. Dentre os desafios da manutenção de redes está o equacionamento de demandas e divergências que se darão em espaços de transparência e confiança. Como demonstra Solha e Jacon(2011), “a confiança se estabelece quando os propósitos da rede estão claramente definidos, o que exige profissionalismo, responsabilidade e tomada de decisão dos atores envolvidos” (Solha e Jacon, 2011,p.122).

Estudo de Caso: Rede Turismo Rural Consciente

Estudar o caso da recente criação da Rede Turismo Rural Consciente pode produzir conhecimento de grande valor para auxiliar reflexões futuras sobre o tema. A partir da coleta de dados sobre a "Rede de Turismo Rural Consciente: Juntos Pelo Turismo", houve elucidação sobre o desenrolar dos fatos que culminaram no movimento integrativo civil que se propõe a impulsionar o desenvolvimento do turismo rural nacional, bem como das pessoas envolvidas e do ambiente local que nasceu no mês de março de 2020 em um peculiar contexto de formação.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu 2020 o ano do “ Turismo e Desenvolvimento Rural”. Os empreendedores do turismo rural brasileiro festejaram a iniciativa, pois acreditaram que a atividade tanto no contexto nacional como internacional estaria em evidência, e, assim, foi criado um calendário com múltiplas iniciativas como cursos, debates, vivências e comemorações entre os meses de março e dezembro de 2020. Por outro lado, 2020 foi o ano em que todos tiveram que enfrentar os desafios oriundos da pandemia COVID-19, causando a paralisação de atividades, com inegáveis perdas não só financeiras mas emocionais.

Sendo assim, entre março e maio de 2020, atores envolvidos com o turismo rural brasileiro realizaram reuniões à distância, organizadas pelo Instituto Brasil Rural, para, juntos, compreenderem os impactos da conjuntura no âmbito da cadeia produtiva brasileira do setor.

Os debates giraram em torno de reflexões e sugestões de ações efetivas de enfrentamento dos desafios em situação de pandemia, entendendo-se que havia necessidade de adoção de políticas empresariais de responsabilidade social, em prol da segurança, saúde e sustentabilidade do segmento. Assim, como resultado dos debates, é redigida a "Carta Aberta Turismo Rural Brasil", datada de maio de 2020, encaminhada às autoridades nacionais e aos representantes do Ministério do Turismo abaixo descrita:

Reconhecem:

- O Turismo Rural como uma atividade dinâmica e sempre em evolução, seja pelas características de mercado, seja pelas conjunturas locais, nacionais e internacionais;
- Os impactos devastadores ocasionados pela Covid-19 na cadeia produtiva brasileira do Turismo Rural, cujos setores promovem emprego e renda no campo e contribuem para reduzir o êxodo rural;
- A absoluta indissociabilidade, sobretudo em estado de pandemia, existente entre o direito fundamental à saúde, a retomada gradual e organizada das atividades turísticas no espaço rural, a produção agropecuária, a agricultura familiar, assim como, o resgate e a promoção do patrimônio cultural e natural comunitário.

Consideram:

- O caráter fundamental da criação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento do Turismo Rural Brasil que, por seu turno, vai ao encontro das atuais projeções verificadas em publicações de referência que indicam cenário de recuperação do turismo a partir do final do segundo semestre de 2020, de forma gradual, especialmente mediante deslocamentos curtos e de menor duração de visitas, em destinos que possibilitem experiências ao ar livre, com menos propensão a aglomerações e maior segurança sanitária;
- A aderência dessas características ao perfil do Turismo Rural que, de acordo com o Ministério do Turismo (Mtur), é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p.11), compreendendo, assim, as várias especificidades integrativas do território rural à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade, tais como o Agroturismo, o Turismo Rural da Agricultura Familiar, o Turismo Rural de Base Comunitária e o relacionado com a produção artesanal da Agroindústria de Base Familiar, por exemplo;
- As seguintes necessidades emergenciais:
Informação coordenada ao segmento, pois, até o momento da emissão desta CARTA ABERTA, não foi publicado material federal para turistas e trabalhadores acerca do Turismo Rural, levando-se em conta haver, no presente, a existência de deslocamentos com fins turísticos para diversos municípios do País; O material orientador unificado para o Turismo Rural com protocolos de boas práticas, tais como: procedimentos de saúde pessoal para o desempenho do trabalho, de manutenção de higiene em estabelecimentos turísticos, de

atendimento aos clientes durante a pandemia, dentre outros; Aceleração da tramitação dos requerimentos institucionais remetidos ao Ministério do Turismo, assim como, dos Projetos de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, que pretendem organizar juridicamente a cadeia produtiva brasileira do Turismo Rural (com a realização de consultas públicas sobre o tema para que sejam contempladas todas as distintas características regionais).

Isto posto, inspirados nos valores propostos pela Carta de Santa Maria de 1998, documento referencial da atividade de Turismo Rural no Brasil, segundo o qual é fundamental “que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do Turismo Rural, os subscritores desta Carta Aberta

PROPÕEM:

A criação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento do Turismo Rural Brasil, cujos eixos principais são: 1. Elaborar, em caráter emergencial, [i] material orientador para o Turismo Rural que unifique, nacionalmente, procedimentos e protocolos de retomada para a reabertura segura de empreendimentos rurais e das empresas de Viagens e Turismo, destacando-se a necessidade de que os materiais produzidos sejam em formato compilado e com linguagem acessível, bem como, [ii] campanha pública a ser divulgada nos veículos de mídias tradicionais e, sobretudo, nas redes sociais, que valorize o Turismo Rural e dialogue com o turista, informando a ele os benefícios desse tipo de experiência; 2. Desenvolver um programa público, gratuito e unificado de qualificação online e presencial, com ênfase na Produção Associada ao Turismo (PAT), mediante expedição de certificados que viabilizem benefícios republicanos de acesso a políticas públicas, como forma de estimular o aperfeiçoamento dos destinos nacionais de Turismo Rural (valorização cultural, qualidade da vivência ofertada ao turista, bem como, aumento de postos de trabalho e dinamização da economia local); 3. Mapear e recadastrar a cadeia produtiva do Turismo Rural brasileiro para identificar realidades locais, regionais e estaduais. Nesse contexto, criar um Portal do Turismo Rural Nacional para a promoção e comunicação interna (entre a cadeia produtiva) e externa de mercado e promoção (com o turista), com as finalidades de [i] estruturar e facilitar a comunicação com as comunidades locais e o turista, assim como, [ii] fomentar canais de discussão online sobre ações inovadoras, desafios e ferramentas de tecnologia aplicadas ao Turismo Rural; 4. Retomar os debates sobre a criação de uma Lei que regule a cadeia produtiva do Turismo Rural Brasil (e, assim, complementar à Lei no 11.771/2008 □ Política Nacional de Turismo, dentre outras pertinentes⁴), orientados por reflexões críticas sobre os desafios sanitários, comerciais, tributários, previdenciários, trabalhistas e os pertinentes ao tema CADASTUR . Dessa forma, o propósito é que esse novo marco contemple todas as demandas da cadeia produtiva nas diversas modalidades de Turismo Rural, para que a atividade esteja de fato na centralidade dos objetivos estratégicos, das metas e das ações do Plano Nacional de Turismo durante, e após, a pandemia da Covid-19; 5. Diagnosticar e investigar, em perspectiva comparada, os circuitos turísticos, inclusive aqueles de alimentos e produtos orgânicos e agroecológicos, a fim de analisar sua importância [i] para a efetividade dos direitos fundamentais à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como, [ii] para a promoção de atratividade e qualificação do fluxo turístico rural; 6. Orientar os Estados e os Municípios sobre aspectos legais e indicar políticas públicas de natureza agropecuária focadas em ações coletivas ambientais, culturais e sociais para fortalecer o Turismo Rural à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com ênfase na valorização do Turismo de Base Comunitária, para que o turista compreenda os benefícios de vivenciar essa experiência genuína de desenvolvimento humano e social; 7. Idealizar políticas públicas de Estado, independentes de sucessão governamental, para que haja a periódica atualização dos manuais de boas práticas e das certificações (que sempre devem ser publicamente auditadas e de fácil compreensão) com o propósito de assegurar, no tempo e a longo prazo, a qualidade de produtos e serviços turísticos. Para tanto, inserir no novo marco regulatório (Lei) do Turismo Rural Brasil a

necessidade de existir um Grupo de Trabalho permanente, dentro do Ministério do Turismo, que reúna instituições e trabalhadores ligados à respectiva cadeia produtiva, a fim de que possam ser deliberados todos os temas pontuados acima e, também, os demais que venham a ser abordados futuramente (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2020)

Parte deste grupo que participou da elaboração da Carta do Turismo Rural Brasil 2020, continua reunindo-se em encontros virtuais, debatendo sobre a efetivação de ações de enfrentamento dos desafios que ainda perduram, entendendo que a situação ainda requer cuidado e muita reflexão. Houve então uma discussão sobre a possibilidade de retomada das ofertas redesenhadas com a finalidade de fortalecer os circuitos locais, acreditando no fortalecimento das cadeias curtas e adotando boas práticas sustentáveis no Turismo Rural. Para tanto foi criado um segundo documento lançado em Junho de 2020 que trazia a marca desta rede.

O novo documento foi batizado de "Pacto de Empreendedores do Turismo Rural Consciente: Juntos pelo Brasil". Foi disponibilizado em *link* aberto para outros participantes aderirem à rede.

Pacto de Empreendedores do Turismo Rural Consciente: Juntos pelo Brasil

Empreendedores líderes do setor de Turismo Rural, atentos ao cenário atual e apoiados por *experts* em Turismo e Entidades Parceiras, reunidos, juntaram esforços em prol da retomada consciente e responsável das atividades do Turismo Rural no Brasil e, para enfrentar os desafios que chegaram com a pandemia COVID-19, criaram a Rede TURISMO RURAL CONSCIENTE: JUNTOS PELO TURISMO, pois entendemos que adotar políticas empresariais de responsabilidade social, em prol da segurança de todos, da saúde e de sustentabilidade, deve ser o eixo norteador que encoraja nossa atividade, procurando assim, contribuir com soluções em prol do desenvolvimento de um Turismo Rural brasileiro moderno, responsável e profissional, sem perder a ruralidade.

É importante ressaltar que este grupo é formado por empreendedores com forte sentimento de responsabilidade socioambiental e isso nos distingue no mercado. Reconhecemos que este é o momento de mostrar união, cuidado e solidariedade com nossos colaboradores, fornecedores e com a sociedade, bem como, que é fundamental apresentar publicamente nossos objetivos como um instrumento de Comunicação de Engajamento que descreve os nossos esforços na implantação de cinco eixos norteadores mínimos de conduta empresarial consciente, quais sejam:

1. Os empreendedores reunidos neste coletivo apoiam e serão signatários de todos os protocolos recomendados, e estabelecidos pelas autoridades de saúde, procurando, assim, ter atitudes empresariais responsáveis que reconhecem a complexidade da crise que atinge o segmento do Turismo Rural. Dessa forma, seguiremos as diretrizes básicas de contingenciamento, procurando cumprir com medidas emergenciais para a mitigação da crise e seguir o caminho ético que prestigia as orientações com embasamento científico, obedecendo rigorosamente aos protocolos e recomendações sanitárias das autoridades de saúde conforme o direcionamento apontado pela Organização Mundial da Saúde no combate à COVID- 19. A reabertura dos empreendimentos aderentes ao coletivo Turismo Rural Consciente somente acontecerá se estritamente orientada pelos atos normativos da Administração Pública local, sempre com protocolos e treinamentos internos para preservar a saúde e a segurança de todos.

2. Ninguém fica para trás” recuperando a confiança por meio da segurança. por isso os empreendimentos signatários desta Rede, além de adotar atitudes de prevenção contra a COVID-19 estabelecidas pelas autoridades, especialmente, estamos cuidando atentamente de nossa família que recebe os visitantes do Turismo Rural, sendo estes mesmos cuidados estendidos aos trabalhadores, parceiros e visitantes. Implantamos motivados por este princípio, obrigatoriamente, algumas práticas mínimas para oferecer garantias de segurança, tais como:

2.1 Protocolos Básicos Essenciais e Transversais de distanciamento social, higiene e sanitização dos ambientes, segurança aos colaboradores e hóspedes, além de estabelecer comunicação contínua e prever ações de monitoramento das medidas adotadas.

2.1.1 Medidas de distanciamento social e prevenção de contágio,

- adaptando as estruturas para atender às regras propostas.

2.1.2 Medidas de Sanitização de Ambientes Higienização de

Equipamentos Áreas Turísticas

2.1.3 Medidas de Higiene Pessoal Visando Promover Segurança aos

Familiares Diretamente Envolvidos com Atendimento das Atividade

Turísticas, Colaboradores, de uma forma em geral e Turistas.

2.1.4 Medidas de Monitoramento dos Procedimentos Adotados,

harmonizando e coordenando protocolos e procedimentos.

2.1.5 Medidas de Comunicação

As medidas adotadas pela Rede seguem diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério do Turismo do Brasil <http://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/> Selo Turismo Responsável, considerado Protocolo básico comum à todas as atividades <http://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/segmento/meios-de-hospedagem.php> e demais Protocolos essenciais e transversais.

2.2 Protocolos Específicos(adotados quando da existência produtos correlatos)

- 2.2.1 Visitas Rurais (área de produção, adegas, outros). Os espaços externos devem estar delimitados e sinalizados. Caberá aos empreendimentos realizar a marcação de áreas de fluxo na área de lazer rural e natural, garantindo o distanciamento social necessário à saúde de todos, inclusive, com barreiras físicas implantadas em áreas de maior circulação. Caberá ao empreendimento manter a ventilação e circulação de ar em todas as áreas do empreendimento.
- 2.2.2 Recomenda-se, dentro do possível, não permitir contato com superfícies e equipamentos da produção rural. Caso não seja possível pela característica da visita é necessário constante higienização.
- 2.2.3 No início da visita guiada informar ao como será realizada a visita e as possíveis atividades e restrições, informando as medidas preventivas e de segurança.
- 2.2.4 Em caso de visitas livres, caso existam várias possibilidades de itinerários recomenda-se evitar aglomerações, que se cruzem grupos e oferecendo apoio ao visitante de sinalização externa das rotas, material informativo como mapas e meios eletrônicos dos itinerários recomendados.
- 2.2.5 Em caso de visitas com autoguias, será fomentado o uso de auriculares próprios dos clientes ou caso sejam oferecidos pela empresa os mesmos devem ser depositados na saída de maneira individual em recipiente previamente estabelecido e devem ser desinfetados após cada uso.
- 2.2.6 Transporte em veículos da propriedade (trator, outros) este deve ser desinfetado após cada uso, prestando maior atenção aos locais de maior contato como volantes, pontos de segurança, assentos, se recomendando a instalação de uma proteção para o condutor atendendo sem aglomeração e seguindo os espaçamentos definidos pelas autoridades sanitárias competentes.
- 2.2.7 Todo e qualquer equipamento utilizado para a realização de atividades, como ferramentas e instrumentos para o colcha e pague, ou equipamentos de segurança para práticas diversas como passeios a cavalo ou outras atividades deverão ser higienizados corretamente e deverão ser utilizados de maneira individual.
- 2.2.8 Nos pontos de venda da produção local, agroindústria artesanal deve existir a ampliação dos cuidados com a permanente higienização de superfícies,

cuidados no manuseio de produtos, uso de EPIs pela equipe e exigência de uso de máscaras pelos turistas, em especial em espaços sem ventilação suficiente e se fomentará o pagamento por meio eletrônico. Deve ser estabelecido número máximo de visitantes cumprindo a determinação das distâncias mínimas de segurança.

- 2.2.9 Em empreendimentos em que seja oferecido o serviço de degustação, deverá ser garantido o uso de utensílios adequados higienizados constantemente e/ou descartáveis, bem como proteção de alimentos, devendo-se, também, evitar qualquer tipo de aglomeração para a realização do serviço. Os serviços de degustação devem ser ofertados em espaços abertos, a degustação deve ser servida de modo individual e seguindo distância de segurança interpessoal. Em caso de não ser possível degustação em condições de segurança mínima estabelecida, recomenda-se cancelar atividades sendo substituídas por entrega de mostras individuais, bem como, seguir as boas práticas de Manipulação de Alimentos (Resolução ANVISA no 216/040), com especial cuidados com os resíduos provenientes, descartando EPIs e utensílios descartáveis e recipientes específicos.

3. Os empreendedores do coletivo Turismo Rural Consciente”

oferecem Turismo Rural de qualidade e propõe ações para a retomada das atividades redesenhando nossas ofertas turísticas com a finalidade de fortalecer os circuitos e atividades locais. Propomos o resgate da cultura local, da gastronomia regional e da identidade familiar, reconhecendo esses valores como nosso patrimônio. Oferecemos um turismo que permita aos nossos visitantes se engajarem cada vez mais em nossa forma de viver voltada para a valorização da vida rural.

Acreditamos na cooperação e nas parcerias entre empresários locais e fortalecimento das cadeias curtas, assim, mobilizando recursos internos e prestigiando a rede rural local, com ênfase na prioridade de comercialização dos produtos locais e regionais. Fortalecemos os elos de cooperação, aumentando o compartilhamento de conhecimentos mútuos, promovendo o desenvolvimento e a difusão de parcerias público-privadas e com a sociedade civil, eficazes, que mobilizem o cumprimento dos princípios comuns em prol de alcançar metas dos Objetivos de Desenvolvimento ODS estabelecidos na Agenda 2030.

Adotamos boas práticas e atitudes sustentáveis no Turismo Rural, reconhecendo que o turista da ruralidade valoriza a gestão responsável e contribuindo assim para aumentar a sustentabilidade da atividade e seguindo as condutas mínimas propostas pelo Manual de Atitudes Sustentáveis e Boas Práticas do Turismo Rural, que promove iniciativas e projetos de preservação do patrimônio ambiental. Reafirmamos, dessa forma, que nos preocupamos cada vez mais com o lixo produzido no local, com os resíduos sólidos e refluxos locais, com a diminuição da produção de carbono e com o uso consciente dos alimentos e de nossa forma de produção. Ressaltamos, ainda, a nossa preocupação com atitudes proativas no sentido de minimizar as mudanças climática, da diminuição do consumo de produtos industrializados e do aumento do consumo de produtos orgânicos e artesanais locais. O fortalecimento da cadeia produtiva rural sempre será nossa meta prioritária.

Ao fim, somos comprometidos pelo apoio mútuo, acreditando, com isso, que estamos implementando uma forma de valorização dos membros do coletivo Turismo Rural Consciente, que adotam esforços especiais para cumprir condutas mínimas de qualidade, promovendo assim este pacto e fortalecendo a Rede Brasil de Turismo Rural. Reconhecemos que o caminho é desafiador, mas fundamentalmente urgente e necessário para preservar a qualidade, a responsabilidade, a identidade e a sustentabilidade, a partir da adoção das condutas aqui propostas, redigidas de modo simples, para maior entendimento de todos.

A responsabilidade desta Rede tem como princípio fundamental criar confiança. Destacando que temos confiança no Turismo Rural brasileiro e que temos confiança nesta marca Turismo Rural Consciente e na nossa proposta de responsabilidade. Queremos conectar nosso visitante com o local, com o natural e seguro, justo para todos.

Os dois documentos, a "Carta Aberta Turismo Rural Brasil" e o "Pacto de Empreendedores do Turismo Rural Consciente: Juntos pelo Brasil" evidenciam, de maneira clara e objetiva, que os signatários da Rede Turismo Rural Consciente estão estabelecendo um compromisso de auxílio recíproco, desenvolvendo propostas inovadoras que desenvolverão o setor com qualidade, responsabilidade e sustentabilidade.

A Rede TRC inicialmente teve 175 adesões pelo *link* e, entre os meses de junho e novembro manteve reuniões virtuais semanais. Nos dias atuais, novembro de 2020, 113 membros estão participando, efetivamente, do processo. No mapa *Google Maps*, adotado como forma de promoção e apresentação (Figura 4) é possível visualizar os tipos de empreendimentos envolvidos.

Figura 4 – Relação de signatários do Rede de Turismo Rural Consciente no *Google Maps*.



Fonte: Google, 2020.

A rede TRC é constituída por um número ilimitado de membros, podendo ser pessoas físicas, maiores ou emancipadas, e jurídicas que tenham atividades diretamente relacionadas com o turismo rural. Os membros podem ser: indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com as oportunidades e experiências de turismo rural, produção associada ao turismo e produção rural, com foco no desenvolvimento sustentável do turismo rural; produtores de bens e prestadores de serviços ligados à produção associada ao turismo, produção rural e ao turismo rural; empreendedores inseridos na cadeia produtiva da economia criativa, turismo e produção associada ao turismo; Integrantes da academia, professores, pesquisadores e estudantes, que atuam na produção de conhecimento sobre o turismo, economia criativa e desenvolvimento territorial; representantes de instituições privadas, que atuam na promoção da economia criativa e

do turismo; demais inteligências dispostas a contribuir com o desenvolvimento territorial pela via do turismo e da economia criativa.

A entrada de novos associados à Rede TRC é aceita a partir da assinatura do Pacto de Adesão "Pacto de Empreendedores do Turismo Rural Consciente: Juntos pelo Brasil". Os membros são divididos em Grupos de Trabalho conforme disponibilidade e aptidão, a saber: Comunicação; Adesão de novos associados; Mentorias e Gestão de Conhecimento; Boas Práticas e Mercado.

Considerações Finais

Nas últimas décadas temos assistido inúmeras mudanças no campo como espaço de pluriatividades e o turismo rural aparece, de maneira cada vez mais consolidada, como alternativa econômica interessante para os produtores locais.

Com incentivo do Instituto Brasil Rural, a Rede de Turismo Rural Consciente foi criada com o objetivo de fomentar a colaboração diante das condições impostas pela pandemia, que chegou em 2020. Agrupando empreendedores, agricultores e técnicos de todas as regiões, direciona-se para sustentabilidade no turismo rural brasileiro com a manutenção da ruralidade.

O objetivo principal da Rede é a cooperação e difusão de conhecimento e as parcerias, ampliando as cadeias curtas, com prioridade de comercialização dos produtos locais, buscando alcançar metas dos Objetivos de Desenvolvimento ODS estabelecidos na Agenda 2030.

O processo de criação de Redes como aqui descrita é ainda muito recente no turismo rural brasileiro, embora já tenhamos empreendimentos exitosos relacionados ao turismo de bases local e comunitária iniciados na última década em nosso país.

A elaboração deste artigo teve caráter exploratório, descrevendo uma iniciativa inovadora, em andamento, voltada para economia colaborativa em dinâmica turística rural em tempos de pandemia. Os signatários da Rede TRC estão constituindo interrelações inusitadas, aprendendo uns com os outros, estabelecendo comunicações e oferecendo informações sobre fluxos de visitantes e características dessa demanda,

sazonalidade do setor, produtos diferenciados, atividades de lazer, gastronomia e outros atrativos turísticos, correlacionando dados para melhor compreender a realidade diante a pandemia vigente.

A reflexão aqui apresentada é, sem dúvida, preliminar, mas evidencia um bom exemplo de como o mercado está reagindo e se arranjando diante de tantas dificuldades, ressaltando as relações, cada vez mais, complexas dos produtores rurais em busca de alternativas econômicas viáveis, consumidores/visitantes, comunidades locais em seus respectivos territórios materializados pelas relações sociais, empresas do setor e poder público.

A criação da RTC Rede de Turismo Rural Consciente revela o surgimento de uma organização social espontânea, que estimulada pelo Instituto Brasil Rural, pode tornar-se uma poderosa estratégia de enfrentamento de uma situação histórica de crise, forma que pode evoluir, sugerindo maneiras inovadoras de como os produtores, empresários e poder público podem se unir para compreender seus verdadeiros papéis na atualidade.

Referências

Brasil (1996). Decreto Nº 1.946, de 28 de Junho de 1996. *Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm

BNDES. *Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Recuperado de: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

Brasil. 2020. *Cartilha da Agricultura Familiar*. Recuperado de: <https://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/cartilha.pdf>.

Brasil (2020). *Turismo Responsável: limpo e seguro. Meios de Hospedagem*. Recuperado de <http://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/segmento/meios-de-hospedagem.php>

CALDAS, F.S. & ANJOS, N. V. *Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado*. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5335><acesso28out2020>

Campanhola, C. & Graziano da Silva, J. (Org.)(2004). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília: [s.l]. v.7. p.71-105.

Carta de Santa Maria (1998). Recuperado de <https://www.ufrgs.br/mercados/carta.htm> <acesso11nov2020>

Cleber Cristiano Prodanov, & Ernani Cesar de Freitas. (2013). *Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2a edição). Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul. Retrieved from www.feevale.br/editora

Corioliano, L. N. & Barbosa, L.M (2011). *Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará, Brasil*. Revista Geográfica de América Central. Número Especial

EGAL, Costa Rica. II Semestre 2011. pp 1-26. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820829.pdf><acesso07nov2020>

Denker, A, F, M. (2000). *Metodologia Científica*. In: Turismo: Como aprender, como ensinar. Trigo (org.). SENAC: São Paulo. 341 p.

EMBRAPA (2018). *Visão 2030: O futuro da agricultura brasileira*. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

Instituto Brasil Rural (2020). *Carta Aberta do Turismo Rural Brasileiro*. Recuperado de <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200928180037.pdf>.

Marinho, A.; Santos, P.M.dos; Moletta, A.F.; Bahia, M.C. & Alves, C. (2014) *Programas de intercâmbio / cooperação internacional em lazer no contexto dos grupos de pesquisa nacionais da área*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Elsevier.

Mattei, L. (2005) *Impactos do Pronaf. Análise dos indicadores*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília.

Mattei, L. et al (2007). *Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. p. 1-21.

Ministério do Turismo (2004). Secretaria de Políticas de Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural*. Brasília. Recuperado de http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Developmento_Turismo_Rural.pdf

Moraes, E,A; Irving, M, A & Mendonça, T, C, M. (2018). *Turismo de base comunitária na América latina: uma estratégia em rede*. Revista Tur., Visão e Ação, Vol. 20 - n. 2. Doi: 10.14210/rtva.v20n2.p249-265.

Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003). *Guia de desenvolvimento sustentvel*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Quandt, C. O. (2012). *Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local*. Revista de Administração e Inovação RAI.. São Paulo. v . 9, n . 1,p. 141-166. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79254/83325><acesso04nov2020>

Sachs, I. (2001). Brasil rural: da redescoberta à invenção. Estudos Avançados. vol.15 no.43 São Paulo. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300008&script=sci_arttext

Sakamoto, C.S.; Nascimento, C.A. & Maia, A.G. *As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda*. Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.54 no.3 Brasília July/Sept. 2016. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300561<acesso02nov.2020>

Schneider, S. (2009). *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0103-2003201600030056100034&lng=en<acesso02nov2020>

Silva, J. G (2001). *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Estudos Avançados. vol.15 no.43 São Paulo. Recuperado de

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005<acesso02nov2020>

Solha, K, T & Jacon, M, C. M. (2011). *Espaço Virtual em Turismo Rural: Construindo Rede Colaborativa*. Revista Rosa dos Ventos. Universidade de Caxias do Sul. Vol.3/ n.2. Recuperado de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1233>

Sornberger, G.P.; Hoppen, N.; Rigoni, E.H.; Klein, A.Z & Redivo, A. (2017). *Governança em Comunidades Virtuais de Negócios*. REGE – Revista de Gestão. Volume 24, Issue 2, Pages 149-158. FEA/USP. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227617300048?via%3Dihub><acesso09nov2020>

Tulik, O. & Teles, R.M.S. *Turismo rural comunitário e a construção do saber*. Anais Citurdes. Recuperado de http://143.107.95.102/prof/kasolha/citurdes/anais/pdf/conferencias/OLGA_

Walkowski, M.C.; Portugal, I.; Ruschmann, D.V.M.; Ferreira, C.C. E Loch, C. (2015). *Associativismo e Redes no Turismo Rural. Turismo no espaço rural e as estratégias de desenvolvimento e valorização do território: a experiência em Portugal e no Brasil*. IX Congresso Internacional de sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Rural. ECA/USP.

WWF – Brasil (2003). *Redes: uma introdução à dinâmicas da conectividade e da auto organização*. Brasília-DF Brasil. 91 p.